

***SEMINÁRIO “CONCORRÊNCIA E COMPETIÇÃO”  
PARA OS ALTOS DIRIGENTES DOS CORREIOS E DOS  
ÓRGÃOS REGULADORES DOS PAÍSES E TERRITÓRIOS DE  
LÍNGUA PORTUGUESA PROMOVIDO PELA AICEP***

***LISBOA – 24 A 28 DE OUTUBRO DE 2005***

***AS EMISSÕES ILEGAIS E ABUSIVAS  
UMA SÉRIA AMEAÇA PARA A FILATELIA E O COLECCIONISMO***

***José A. Telles Gomes***

***Fundação Albertino de Figueiredo para a Filatelia***

***Grupo AFINSA***

## AS EMISSÕES ILEGAIS E ABUSIVAS DE SELOS POSTAIS

### UMA SÉRIA AMEAÇA À FILATELIA E AO COLECCIONISMO

Como representante do Grupo AFINSA – membro agregado patrocinador da AICEP – e da Fundação Albertino de Figueiredo para a Filatelia, gostaria de aproveitar este ensejo para sublinhar o facto de, pela primeira vez, num Seminário destinado a Altos Dirigentes dos Correios e dos Órgãos Reguladores ter sido incluído um painel, especialmente, dedicado ao “**Desenvolvimento da Filatelia**”.

Nesse entendimento, afigura-se-me ser, da mais elementar justiça, dever felicitar o Presidente da AICEP, Dr. Manuel Frexes, por ter tomado, em boa hora, essa decisão, tal como sucedeu no XIII FORUM AICEP realizado, este ano, em Macau, e no qual tive o privilégio de participar.

Na realidade, deve ser a inclusão do “**Desenvolvimento da Filatelia**”, num Seminário que conta com a participação de importantes e credenciados Altos Dirigentes dos Correios e dos Órgãos Reguladores dos Países e Territórios de Língua Portuguesa, considerado, como um sinal evidente, de que a AICEP se encontra, particularmente, atenta e preocupada em relação às sérias ameaças que, hoje em dia, e duma forma crescente tanto afectam a filatelia.

Ora, encontrando-se a maior parte dos Países de Língua Oficial Portuguesa, no caso Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, S. Tomé e Príncipe e Timor-Leste, entre os países vítimas do flagelo das emissões ilegais e abusivas, tal situação confere, naturalmente, à AICEP uma responsabilidade acrescida, como “união restrita” da UPU, União Postal Universal.

Minhas Senhoras,

Meus Senhores,

Devido a uma maior consciencialização e mobilização da comunidade filatélica internacional, muito especialmente dalgumas Administrações Postais e uniões restritas da UPU, onde importa destacar o papel da UPAP, União Postal Pan Africana e de outras instituições filatélicas, como é o caso da Fundação Albertino

de Figueiredo para a Filatelia, na sua qualidade de “parceiro filatélico” da UPU, União Postal Universal e da AMDF, Associação Mundial para o Desenvolvimento da Filatelia, nos termos do “*Memorandum of Understanding*”, de 19 de Novembro de 2002, e como consequência duma concertação integrada de esforços e sinergias, o XXIII Congresso Mundial UPU, realizado em Bucareste, na Roménia, em Setembro de 2004, aprovou uma série de Resoluções e Recomendações, algumas delas de reconhecida importância para o futuro da filatelia e do coleccionismo.

Na oportunidade, convirá recordar, a circunstância desse movimento ter tido a sua origem na **Conferência Internacional de Lisboa** sobre “**A Problemática das Emissões Ilegais e Abusivas**”, levada a cabo em Lisboa, neste mesmo espaço da Fundação Portuguesa das Comunicações, por ocasião das Comemorações dos Cento e Cinquenta Anos do Primeiro Selo Postal Português.

Entre essas principais Resoluções e Recomendações encontra-se, a **Recomendação C 26/2004** que aprova o “**Código de Deontologia Filatélica para uso nos Países membros da UPU**”.

No seu preâmbulo é recomendado, expressamente, “...**a todas as Administrações Postais o respeito pelos procedimentos descritos na versão revista da deontologia filatélica... uma vez que elas emitem e fornecem selos postais e produtos postais para fins postais e filatélicos**”.

No entanto, e devido ao reconhecido significado e alcance de que se reveste o **Código de Deontologia Filatélico** aprovado, creio justificar-se que salientemos, aqui e agora, algumas das suas principais recomendações.

Assim, o ponto 4., do **Código de Deontologia Filatélica** realça, de forma inequívoca, que «...**Para cada emissão, as Administrações Postais devem-se assegurar da impressão de uma quantidade suficiente de selos postais para responder à potencial procura dos serviços e às necessidades filatélicas previsíveis...**».

Mais adiante, nos seus pontos 7. e 8. o **Código de Deontologia Filatélica**, recomenda, ainda, que :

**«As Administrações Postais não devem produzir selos postais ou produtos filatélicos destinadas a explorar os clientes» ;**

e que,

**«As Administrações reconhecerão em todas as suas actividades filatélicas que, enquanto os seus selos reflectem a identidade e a cultura nacionais, os mesmos conservam um valor secundário além do valor normal, unicamente, porque os filatelistas decidem adquiri-los. As Administrações comprometem-se a respeitar este código de conduta para garantir a sobrevivência, a longo termo, do mercado filatélico em cada país».**

Infelizmente, uma das principais razões pelas quais a Filatelia dos Países de Língua Oficial Portuguesa se encontra descaracterizada, desprestigiada e conseqüentemente desvalorizada, fica a dever-se ao facto das suas Administrações Postais não respeitarem o cumprimento rigoroso, na sua política de emissões, do **Código de Deontologia Filatélica**.

Com efeito, aproveitando-se das fragilidades e vulnerabilidades das Administrações Postais, da ausência duma formação especializada por parte dos seus quadros técnicos e, por vezes, da falta de recursos financeiros que permitam satisfazer necessidades urgentes e inadiáveis, muitas empresas ditas “filatélicas”, sem quaisquer escrúpulos, produzem, distribuem e comercializam emissões de selos, calculadas em várias dezenas de milhões de dólares.

Essas emissões, ainda que, formalmente, autorizadas pelas respectivas Administrações Postais, nada têm a ver nem com a “**procura potencial dos serviços postais**”, nem tão pouco com as “**necessidades filatélicas dos mercados**”.

O seu objectivo é, unicamente, o lucro fácil, sem que daí advenham quaisquer receitas significativas para as Administrações Postais.

Na realidade, tratam-se de emissões abusivas !...

Mas também as Administrações Postais dos países mais desenvolvidos têm vindo a praticar, nesse domínio, políticas de emissão de selos postais inadequadas.

Na realidade, e para contrabalançar as consequências nefastas decorrentes da globalização do franqueio automático – uma imposição de natureza economicista relacionada com a redução de custos e que põe em risco o futuro da filatelia e do coleccionismo – muitas Administrações Postais recorrem, sistematicamente, ao aumento do número de emissões e do seu valor facial.

Essa situação tem provocado uma crescente retracção dos coleccionadores, o que prejudica, gravemente, os mercados filatélicos e as próprias Administrações Postais.

A propósito, importa salientar, que a maior parte dos coleccionadores de novidades filatélicas não possuem grandes recursos financeiros, pelo que se justificaria a adopção duma política inteligente de emissões, de modo a permitir a concretização dos seus investimentos, duma forma gradual e não penalizadora das suas poupanças.

Quantos coleccionadores terão perdido, nos últimos anos, algumas das mais prestigiadas Administrações Postais ?...

Citemos, apenas, alguns exemplos muito concretos :

A República Popular da China tinha, há alguns anos atrás, cerca de trinta milhões de coleccionadores registados. Hoje, não terá mais de três milhões :

A Espanha terá passado, em poucos anos, de cento e cinquenta mil coleccionadores inscritos nos Correios, para cerca de cinquenta mil :

Em Portugal, e tanto quanto é do nosso conhecimento, confirma-se, também, a irreversibilidade dessa tendência.

Mas voltemos, novamente, às principais Resoluções e Recomendações aprovadas no XXIII Congresso Mundial UPU.

A **Resolução C 50/2004**, sobre o desenvolvimento da filatelia, **convida, de imediato**, a dado passo, **“os Governos dos Países membros a solicitar às**

**Administrações Postais, quando estas emitem selos, quer considerem plenamente as necessidades dos filatelistas e dos utilizadores dos serviços postais de base, assim como o valor social e cultural dos selos”.**

Todavia, a mais significativa das Resoluções aprovadas no XXIII Congresso Mundial UPU, parece ter sido, pelo seu impacto e alcance, a **Resolução C51/2004**, dedicada ao tema **“proteger e salvaguardar a integridade do selo postal, bem como a imagem do país e do seu serviço postal, por meio do selo postal”.**

Nessa Resolução é constatado com particular objectividade :

**« que um certo número de países em desenvolvimento da região de África, cuja maioria se encontra na categoria dos países menos avançados, continuam a ser vítimas de práticas abusivas do sector filatélico que também se encontra em crescimento. Essas práticas incluem, especialmente, a produção, a distribuição e a comercialização, em nome dos países envolvidos, de selos postais abusivos, ilícitos e não autorizados, cuja existência prejudica a soberania do país em questão e o potencial de receitas do seu serviço postal ;**

**\* que vários selos postais abusivos, ilícitos e não autorizados contém assuntos e temas que não têm estritamente nada de comum com o país em questão e alguns são mesmo de natureza irreal e prejudicam, severamente, a reputação e a imagem do país e do seu serviço postal ;**

**\* que vários países de outras regiões, como a Comunidade dos Estados Independentes e a Ásia/Pacífico são igualmente vítimas de políticas abusivas do sector filatélico.**

Essa mesma Resolução reconhece, ainda, **«que as medidas urgentes são necessárias para que sejam eliminadas o mais rápido possível as práticas abusivas do sector filatélico a fim de salvaguardar a reputação e a imagem do selo postal, do serviço postal e do país».**

Por isso, convida insistentemente **«todos os órgãos da União a fazer o possível para acabar com estas práticas abusivas para que a filatelia e o**

**selo postal possam se manter como verdadeiros promotores da imagem de todos os Países-membros da União e das fontes importantes de receitas que servem o desenvolvimento postal».**

Para o efeito, a **Resolução C 51/2004** encarrega o Conselho de Operações Postais que **“crie um comité de vigilância ou um observatório do mercado filatélico, a fim de garantir a máxima protecção dos Correios e realizar as gestões necessárias contra a fraude e as emissões abusivas e ilícitas de selos de Correio, com o objectivo de salvaguardar as receitas provenientes da venda de selos de Correio e dos produtos filatélicos anexos”**.

Esta Resolução foi aprovada, **por unanimidade**, no XXIII Congresso Mundial UPU, uma organização integrado no sistema internacional das Nações Unidas, e comprova o reconhecimento inequívoco, por parte dos seus Países-membros, entre os quais se encontravam a grande maioria dos países-vítimas, da necessidade da adopção de medidas urgentes e firmes para combater o flagelo das emissões ilegais e abusivas.

Nesse entendimento, deveria a criação do **“Observatório para a Filetalia”** constituir uma prioridade assumida, mormente por **“... todas as organizações que partilham o mesmo objectivo : a integridade do selo postal”**.

Contudo, decorridos que são mais de 12 (doze) meses sobre a sua aprovação, refira-se, **por unanimidade**, nada foi feito para concretizar a criação do **“Observatório”**, isto mau grado as propostas apresentadas por algumas Administrações Postais, “uniões restritas” da UPU, como a UPAP, e ainda pela Fundação Albertino de Figueiredo para a Filatelia.

Entretanto, o flagelo das emissões ilegais e abusivas de selos postais não pára de crescer, perante a complacência das instituições que tinham a obrigação de zelar pela defesa da filatelia e a integridade do selo postal.

Estamos, hoje, perante aquilo a que poderíamos chamar uma nova forma de crime organizado, cujo combate a todos deveria mobilizar, UPU e AMDF, Governos e Administrações Postais e organizações filatélicas internacionais.

Daí a urgência da criação do “**Observatório para a Filatelia**”, uma prática recorrente, adoptada pela Comunidade Internacional e por muitos países da União Europeia, com o objectivo de estudar e monitorizar determinadas actividades e práticas ilegais e ilícitas.

Nesse contexto, assume especial relevo o facto de entre os “Observatórios” criados, nos últimos anos, se encontrarem os que visam o combate contra a droga e o terrorismo.

A própria Fundação Albertino de Figueiredo para a Filatelia, estaria disponível e interessada em poder colaborar e apoiar a criação do “**Observatório para a Filatelia**”, posição essa transmitida, formalmente, ao Director Geral da UPU e assumida perante o primeiro Comité de Gestão da AMDF, pós – XXIII Congresso Mundial UPU, realizado em Berna, no passado dia 27 de Janeiro de 2005.

Minhas Senhoras,

Meus Senhores,

A filatelia dos vossos países encontra-se, hoje, conforme se constata, seriamente, ameaçada, pelo que cada dia que passa essa situação tenderá a agravar-se.

O vosso estatuto e condição de Altos Dirigentes dos Correios e dos Órgãos Reguladores confere-vos, naturalmente, particulares responsabilidades, visto estar em causa a **salvaguarda da integridade do selo postal** e a **imagem dos vossos Países e Administrações Postais**.

De igual modo, também, a **AICEP**, como “**união restrita**” da UPU, deveria e poderia desempenhar, nesse contexto, um papel preponderante, mormente tendo em consideração o facto de ter no seu seio um conjunto de Administrações Postais vítimas das emissões ilegais e abusivas.

Este é, pois, um desafio que a todos deveria sensibilizar e mobilizar.